

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EXECUTIVO EM PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EXECUTIVO EM PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

DISCIPLINA: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RESUMO
Com este material, pretendemos a assimilação de temáticas-chave de nossos estudos. Nesta aula, especificamente, queremos que sejam capazes de compreender a importância da estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis e as demonstrações e informações contábeis obrigatórias e não obrigatórias. De igual modo, trataremos sobre a diferenciação entre medidas GAAP e não GAAP, e o método empregado para realização da ADC.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ESTRUTURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS OBRIGATÓRIAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NÃO OBRIGATÓRIAS MEDIDAS GAAP E NON-GAAP MÉTODO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
AULA 2 ANÁLISE VERTICAL ANÁLISE HORIZONTAL ÍNDICES DE LIQUIDEZ ÍNDICES DE ESTRUTURA PATRIMONIAL GERAÇÃO DE VALOR AO ACIONISTA
AULA 3 ÍNDICES DE ATIVIDADES – PRAZOS MÉDIOS DE ESTOCAGEM ÍNDICES DE ATIVIDADES AVALIAÇÃO DE CICLOS OPERACIONAIS ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO EFEITO TESOURA E OVERTRADE
AULA 4 ÍNDICES DE RENTABILIDADE: GIRO DO ATIVO E MARGEM LÍQUIDA ÍNDICES DE RENTABILIDADE OU RETORNO DO ATIVO (ROA OU ROI) ÍNDICES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU RETORNO DO CAPITAL PRÓPRIO (ROE) EBITDA (EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION) EVA® – ECONOMIC VALUE ADDED
AULA 5 ALAVANCAGEM FINANCEIRA (GAF) ALAVANCAGEM OPERACIONAL ALAVANCAGEM TOTAL PONTO DE EQUILÍBRIO ANÁLISE DE RENTABILIDADE PELO MODELO DUPONT
AULA 6 MODELOS DE PREVISÃO DE INSOLVÊNCIA ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
CONCEITOS E NORMATIVOS DE PARECER DAS ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise didática das demonstrações contábeis. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- _____. Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- SILVA, A. A. da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

RESUMO

Esta Disciplina abrange o Estudo sobre Planejamento Tributário, no qual são utilizadas as Normas Legais e os Conhecimentos Contábeis como base para o Estudo. Ela visa a proporcionar um contato mais aprofundado com a Legislação Vigente e demonstrar como a Contabilidade pode ser uma ferramenta para o Benefício da Sociedade. Competências: Entender como funciona o Planejamento Tributário; Habilidades: Conhecer a Base Teórica e Aplicá-la na Elaboração do Planejamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

ELISÃO FISCAL VERSUS EVASÃO FISCAL; TIPOS DE ELISÃO, ABUSO DE FORMA

ESTADO VERSUS CONTRIBUINTE

O DIREITO DO CONTRIBUINTE DE PAGAR SOMENTE O TRIBUTO DEVIDO

FINALIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO; PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO OBRIGAÇÃO

AULA 2

A CONTABILIDADE COMO BASE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

INTERPRETAÇÃO DA LC Nº 104/2001

ABUSOS DA RECEITA FEDERAL

COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

FORMAS DE SONEGAÇÃO FISCAL

AULA 3

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: CONCEITO BÁSICOS

LUCRO REAL: TÓPICOS ELEMENTARES

LUCRO PRESUMIDO: TÓPICOS ELEMENTARES

LUCRO ARBITRADO: TÓPICOS ELEMENTARES

SIMPLES: TÓPICOS ELEMENTARES

AULA 4

CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

INCORPORAÇÃO E ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS PELA INCORPORADORA

CISÃO SEM APURAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL

PARTICIPAÇÃO EXTINTA EM CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

AULA 5

TÓPICOS ESPECÍFICOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: OPERAÇÕES DE VENDAS NA INTERNET
NEUTRALIDADE FISCAL
BRINDES OU BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS
GASTOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL
POSTERGAÇÃO DE FATURAMENTO

AULA 6

RENDIMENTOS DOS SÓCIOS E SUA TRIBUTAÇÃO
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
GANHOS DE CAPITAL
PREVIDÊNCIA PRIVADA
LIVRO CAIXA

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, V. Planejamento tributário (elisão fiscal). Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://valdivinodesousa.jusbrasil.com.br/artigos/121944135/planejamento-tributario-elisao-fiscal>.
- BANDEIRA DO Ó, Maria da C. Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência tributária. Conteúdo jurídico, 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,diferencas-entre-imunidade-isencao-e-nao-incidencia-tributaria,56460.html>.
- LIMA, B. L. L. Evasão Fiscal. Prática Contábil. Disponível em: <http://www.praticacontabil.com/contadorperito/Bruno.pdf>.

DISCIPLINA:

AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Muitas vezes, o auditor é visto com maus olhos pela equipe contábil de grandes empresas, isso porque, culturalmente, a auditoria era aquela que vinha para apontar todo e qualquer problema ou erro contábil. Atualmente, a realidade mudou um pouco, o auditor pode ser considerado fundamental para que as demonstrações contábeis das empresas tenham uma maior confiança entre os usuários, principalmente investidores. O maior problema é que a auditoria é feita sempre por grandes empresas, seja por exigência de lei ou de investidores, mas o profissional pode auxiliar em qualquer tamanho de empresa, desde que o empresário queira que a sua contabilidade sirva de fato como uma ferramenta para tomada de decisão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO À AUDITORIA
NOÇÕES E NORMAS DE AUDITORIA
AUDITORIA E A PROFISSÃO DO AUDITOR
TIPOS DE AUDITORIA
ÉTICA PROFISSIONAL E A RESPONSABILIDADE LEGAL DO AUDITOR

AULA 2

OBJETIVOS DA AUDITORIA
PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA I
RESPONSABILIDADE DO AUDITOR EM RELAÇÃO À FRAUDE
EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA
AMOSTRAGEM EM AUDITORIA

AULA 3

PROGRAMA DE TRABALHO

CONFERÊNCIA DE CÁLCULOS E EXAME DA ESCRITURAÇÃO
INVESTIGAÇÃO MINUCIOSA, INQUÉRITO, EXAME DOS REGISTROS AUXILIARES,
CORRELAÇÃO E OBSERVAÇÃO
CONTROLE INTERNO INTRODUÇÃO E CONCEITO
CONTROLE INTERNO OBJETIVOS E PROGRAMAS

AULA 4

PAPÉIS DE TRABALHO
ORGANIZAÇÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO
PROGRAMA E EXECUÇÃO DE AUDITORIA
AUDITORIA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
AUDITORIA DAS CONTAS DE RESULTADO

AULA 5

AUDITORIA DAS CONTAS DO ATIVO CIRCULANTE
AUDITORIA DAS CONTAS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE
AUDITORIA DAS CONTAS DO PASSIVO
AUDITORIA TRIBUTÁRIA
AUDITORIA TRABALHISTA

AULA 6

EVENTOS SUBSEQUENTES
IDENTIFICAÇÃO DE DISTORÇÃO RELEVANTE
PARECER DE AUDITORIA
PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E PARÁGRAFO DE ÊNFASE
CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ADRIANO, S. Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados. São Paulo, Atlas, 2018.
- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2018.
- _____. NBC PA 13 (R3). Dá nova redação à NBC PA 13 (R3), que dispõe sobre o Exame de Qualificação Técnica para Auditor. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2020/NBCPA13\(R3\)&arquivo=NBCPA13\(R3\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2020/NBCPA13(R3)&arquivo=NBCPA13(R3).doc).

DISCIPLINA: **CONTABILIDADE GERAL**

RESUMO

Diante do atual cenário econômico, a contabilidade, mediante o estudo do Patrimônio, tem-se mostrado uma ferramenta essencial para a tomada de decisões. Fornecendo informações tanto para os usuários internos da empresa, como funcionários e diretores, quanto para os usuários externos, como governo, fornecedores e acionistas. A partir dos relatórios fornecidos pela Contabilidade é que são tomadas as decisões nas empresas, pois a Contabilidade é responsável pelo registro e apuração dos resultados de um determinado período. O objetivo desta disciplina consiste em apresentar aspectos a respeito das práticas da contabilidade aplicada às empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (IFRS 09 E CPC 48): CONCEITOS, DEFINIÇÕES E ABRANGÊNCIAS
OPERAÇÕES FINANCEIRAS: INTRODUÇÃO
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE CURTO E DE LONGO PRAZO

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE CURTO E DE LONGO PRAZO
FORMAS DE CONTABILIZAÇÃO

AULA 2

INVESTIMENTOS
ATIVO IMOBILIZADO
DEPRECIÇÃO E EXAUSTÃO DE ATIVOS IMOBILIZADOS
ATIVOS INTANGÍVEIS E AMORTIZAÇÃO
TESTE DE RECUPERABILIDADE – IMPAIRMENT

AULA 3

DESPESAS ANTECIPADAS
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES
DEPÓSITOS JUDICIAIS
EMPRÉSTIMOS PARA SÓCIOS E ACIONISTAS

AULA 4

PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES
PROVISÕES PARA PASSIVOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CIVIS
PROVISÃO PARA DANOS AMBIENTAIS
PROVISÃO PARA COMPENSAÇÕES OU PENALIDADES PARA QUEBRA DE CONTRATO
PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS (CPC 33)

AULA 5

FOLHA DE PAGAMENTO: CONCEITO E PROVENTOS
FÉRIAS E 13º SALÁRIO
DESCONTOS SOBRE FOLHA: FALTAS E ATRASOS, VALE-TRANSPORTE E RETENÇÕES
ENCARGOS SOBRE FOLHA
CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

AULA 6

CAPITAL SOCIAL: SUBSCRITO E INTEGRALIZADO E AÇÕES EM TESOURARIA
RESERVA LEGAL
RESERVA DE LUCROS
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
DIVIDENDOS

BIBLIOGRAFIAS

- GELBECK, E. R. et al. Manual de contabilidade societária. São Paulo: Gen/Atlas, 2018.
- MINERVA FOODS. Demonstrações financeiras 2020. Minerva Foods, 2020. Disponível em:
http://ri.minervafoods.com/minerva2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=40384.
- SALOTTI, B. et al. Contabilidade Financeira. 1. ed. São Paulo: Gen/Atlas, 2019.

DISCIPLINA:

TEORIA CONTÁBIL AVANÇADA

RESUMO

O objetivo desta disciplina é introduzi-los no mundo teórico da contabilidade em seus aspectos mais avançados, o que tem sido discutido extensivamente pela academia contábil. Portanto, ela é fundamental para a formação do contador e para o desenvolvimento da

própria contabilidade, que é uma ciência social aplicada e necessita que seus desenvolvimentos do corpo de conhecimento teórico sejam disseminados e aplicados na prática profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

TEORIA CONTRATUAL DA FIRMA
TEORIA DA AGÊNCIA
CONFLITOS DA AGÊNCIA
CUSTOS DA AGÊNCIA
TEORIA DA AGÊNCIA E A CONTABILIDADE

AULA 2

PESQUISA NORMATIVA
PESQUISA CONTÁBIL
TEORIA DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS
ACCRUALS
INCOME SMOOTHING, BIG BATH ACCOUNTING E WINDOW DRESSING

AULA 3

TEORIA DOS STAKEHOLDERS
TEORIA DA LEGITIMIDADE
DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
MOTIVAÇÕES PARA A DIVULGAÇÃO VOLUNTÁRIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
TENDÊNCIAS DA PESQUISA CONTÁBIL NO BRASIL

AULA 4

ASPECTOS CONCEITUAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA
ESTRUTURAS DE PODER E AS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
ÓRGÃOS DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES
LEI SARBANES-OXLEY (SOX)

AULA 5

LUCRO E PREÇO DAS AÇÕES
RESPOSTA DO MERCADO À INFORMAÇÃO CONTÁBIL
IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA O MERCADO
COMPORTAMENTO DA RELAÇÃO LUCRO E RETORNO AO LONGO DO TEMPO
COMPARAÇÃO ENTRE A RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS INFORMATIVOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS

AULA 6

CARACTERIZAÇÃO DE RECEITAS, DESPESAS, GANHOS E PERDAS
CPC 47: MENSURAÇÃO
CPC 47: RECONHECIMENTO
CPC 47: CUSTOS DO CONTRATO
CPC 02: ITENS MONETÁRIOS

BIBLIOGRAFIAS

- IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. Teoria avançada da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2004.
- NIYAMA, J. K. Teoria avançada da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2014.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. The Accounting Review, v. 53, p. 112-134, 1978.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SOCIETÁRIO
RESUMO
Quando nos referimos à “sistema tributário”, devemos ter em mente o conjunto de normas que regula a atividade tributante. Essas normas podem estar inseridas dentro ou fora de uma constituição. A aposição de matéria tributária no corpo da constituição é prática que remonta desde a origem do Estado de Direito em nosso país. A Constituição de 1824 dispunha, por exemplo, que todos deveriam contribuir para as despesas do Estado na proporção dos seus haveres.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 NORMAS GERAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA CRÉDITO TRIBUTÁRIO
AULA 2 ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS IMUNIDADE E OS TRIBUTOS INDIRETOS RESTITUIÇÃO DOS TRIBUTOS INDIRETOS
AULA 3 SIMPLES NACIONAL LUCRO PRESUMIDO LUCRO REAL INCENTIVOS FISCAIS
AULA 4 O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI SOCIEDADE LIMITADA SOCIEDADES ANÔNIMAS
AULA 5 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO DIREITO DO CONTRIBUINTE PROPÓSITO NEGOCIAL COMO FAZER PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ELISÃO E EVASÃO FISCAL
AULA 6 INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA FUSÃO SOCIETÁRIA CISÃO SOCIETÁRIA ESTUDO DE CASO
BIBLIOGRAFIAS
• BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. • BRASIL. Código Tributário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1966. • COSTA, R. H. Curso de Direito Tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

DISCIPLINA:
DIREITO ADMINISTRATIVO
RESUMO
“O conceito de Direito Administrativo Brasileiro, para nós, sintetiza-se no conjunto harmônico

de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado” (Meirelles, 1991). Celso Antônio Bandeira de Mello (2002) afirma que o direito administrativo é o ramo do direito público que disciplina a função administrativa, bem como as pessoas e órgãos que a exercem. Hely Lopes Meirelles (1991), por sua vez, destaca que “os órgãos, agentes e atividades administrativas como instrumentos para realização dos fins desejados pelo Estado”. Maria Sylvia Zanella Di Pietro afirma que o objeto do Direito Administrativo são os órgãos, agentes e as pessoas integrantes da Administração Pública no campo jurídico não contencioso. “O ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exercer e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública”.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE
PRINCÍPIO DA MORALIDADE
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

AULA 2

AUTARQUIA E EMPRESA PÚBLICA
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E FUNDAÇÃO PÚBLICA
PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AGENTES PÚBLICOS

AULA 3

ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS
CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS INFORMADORES DA LICITAÇÃO
MODALIDADES DE LICITAÇÃO
CONTRATAÇÃO DIRETA

AULA 5

DA PERMISSÃO
CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS
BENS PÚBLICOS
RESPONSABILIDADE DO ESTADO

AULA 6

SINDICÂNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DA SINDICÂNCIA
DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR OU NA SINDICÂNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- MAZZA, A. Manual de direito administrativo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DINIZI, M. H. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 26. ed. São Paulo: Saraiva 2011. v. 2.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia, estado social e reforma gerencial. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 50, n. 1, jan./mar. 2010.

DISCIPLINA:
FRAUDES CONTÁBEIS E DOCUMENTAIS
RESUMO
O objetivo desta disciplina é ensinar conceitos e definições sobre fraudes contábeis e documentais. São assuntos distintos, mas que se entrelaçam quando se utiliza um documento falsificado ou adulterado para um lançamento contábil. Começaremos falando de fraudes documentais, atestadas por um perito de documentos, e depois abordaremos as fraudes contábeis, que ficam a cargo de um perito em contabilidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 MOMENTO ATUAL NO BRASIL E AS INVESTIGAÇÕES DA LAVA JATO FRAUDES DOCUMENTOS HISTÓRIA DA DOCUMENTOSCOPIA
AULA 2 ESCRITA PRINCÍPIOS DA GRAFOSCOPIA LEIS DO GRAFISMO A PERÍCIA
AULA 3 OS ELEMENTOS ESTÁTICOS ELEMENTOS OBJETIVOS ELEMENTOS SUBJETIVOS TIPOS DE FALSIFICAÇÃO
AULA 4 EXEMPLOS DE ERROS E FRAUDES FRAUDES CONTÁBEIS LEIS BRASILEIRAS SOBRE FRAUDES CONCORRÊNCIA DESLEAL
AULA 5 O PAPEL DA AUDITORIA LEI SARBANES-OXLEY GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTABILIDADE CRIATIVA BRASIL REPORTOU EM 2018 SOMENTE 84% DE FRAUDES CRONOLOGIA DAS LEIS BRASILEIRAS ANTIFRAUDE
AULA 6 FRAUDES CONTÁBEIS MAIS COMUNS ALGUNS EXEMPLOS DE FRAUDES CONTÁBEIS NÚMEROS DAS OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL NÚMEROS DA OPERAÇÃO LAVA JATO A OPERAÇÃO QUE TEVE INÍCIO EM 2014
BIBLIOGRAFIAS
• BAER, L. Produção gráfica. São Paulo: Senac, 2005.

- BRASIL. Banco Central do Brasil. Elementos de segurança. Brasília, [201-]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Fmecir%2Fseguranca%2Froteiro_seg_fam.a.sp.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial, Rio de Janeiro, p. 2.391, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

DISCIPLINA: CONTRATOS EMPRESARIAIS
RESUMO
O contrato, em linhas gerais, é uma espécie de negócio jurídico caracterizado pela manifestação de vontades das partes, visando a obtenção de um fim específico, como a transferência de bens, existindo notadamente uma função econômica relacionada a ele. Os contratos, especialmente no âmbito da empresariedade, servem à circulação de riqueza, para a regulamentação de direitos e obrigações entre as partes, para o estabelecimento de riscos, prestações e contraprestações, para dirimir controvérsias, garantir o acesso ao crédito, constituir garantias e outros – todos pontos fundamentais ao desenvolvimento da atividade empresarial.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 COMPRA E VENDA EMPRESARIAL A COMPRA E VENDA EM MULTIPROPRIEDADE OU TIME-SHARE COMPRA E VENDA DE EMPRESAS O CONTRATO DE TRESPASSE
AULA 2 COMPRA E VENDA EMPRESARIAL A COMPRA E VENDA EM MULTIPROPRIEDADE OU TIME-SHARE COMPRA E VENDA DE EMPRESAS O CONTRATO DE TRESPASSE
AULA 3 ESPECIFICIDADES DA LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL A LOCAÇÃO EM SHOPPING CENTER A LOCAÇÃO BUILT TO SUIT
AULA 4 A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO O CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA O CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OU LEASING
AULA 5 O CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL O CONTRATO DE MANDATO MERCANTIL E DE COMISSÃO O CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO O CONTRATO DE FRANQUIA
AULA 6 A CESSÃO DE DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL A LICENÇA DE USO DE DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL O CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA A CONCORRÊNCIA DESLEAL E A CONTRAFAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno em Agravo em Recurso Especial 1233352/RS - 2018/0009295-3. Relator: Ministro Raul Araújo, Data de Julgamento: 22/06/2020, T4 - Quarta Turma, Data de Publicação: DJe 01/07/2020. Disponível em: www.stj.jus.br.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno em Recurso Especial 1316595/SP - 2012/0062578-7. Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Data de Julgamento: 07/03/2017, T4 - Quarta Turma, Data de Publicação: DJe 20/03/2017. Disponível em: www.stj.jus.br.
- PEREIRA, C. M. da S. Instituições de Direito Civil. vol. III, atual. atual. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

RESUMO

É preciso conhecer os conceitos básicos do direito tributário e financeiro. Você perceberá que os conceitos e institutos que aprenderemos serão recorrentes em nossas conversas e na própria legislação. Por isso, é primordial a compreensão do conteúdo desta aula para o desenvolvimento da disciplina. Iniciaremos com o conceito de tributo trazido pelo Código Tributário Nacional, para, no segundo momento, reconhecermos e distinguirmos as espécies tributárias. Compreendido o tributo, passaremos para os princípios constitucionais tributários que são verdadeiras limitações ao poder de tributação do Estado. Logo em seguida trataremos da obrigação e crédito tributário, para finalizarmos com o aprendizado das diversas modalidades de lançamento tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE TRIBUTO

ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CRÉDITO TRIBUTÁRIO: LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

AULA 2

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA NO COMEX

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

MERCOSUL E TRIBUTOS

AULA 3

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)

PIS/PASEP E COFINS

ICMS

DEMAIS TRIBUTOS

AULA 4

OMC E TRIBUTAÇÃO

MEDIDAS ANTIDUMPING

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

MEDIDAS DE SALVAGUARDA

IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

AULA 5

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO FISCAL
EVASÃO FISCAL
BITRIBUTAÇÃO E DUPLA ISENÇÃO
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

AULA 6

BENEFÍCIOS FISCAIS DE ÂMBITO GERAL E DE ÂMBITO RESTRITO NO COMÉRCIO EXTERIOR
REGIMES ESPECIAIS ADUANEIROS
INCENTIVOS FINANCEIROS À EXPORTAÇÃO
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS
REGIMES EM ÁREAS ESPECÍFICAS

BIBLIOGRAFIAS

- AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ÁVILA, A. R. S. Curso de Direito Tributário. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1966.

DISCIPLINA:

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ÔNUS TRIBUTÁRIOS

RESUMO

É importante esclarecer a principal diferença entre saúde, assistência e previdência social, uma vez que a população em geral talvez não tenha conhecimento dos direitos em relação à seguridade social que devem ser fornecidos pelo Estado. O regime geral de previdência social é o regime de previdência da maioria dos brasileiros, já que o regime próprio de previdência compreende apenas os servidores públicos de cargo efetivo, enquanto a previdência complementar possui um caráter facultativo, logo, é um regime opcional aos cidadãos. Ademais, a grande maioria da população desconhece os direitos decorrentes da filiação e da inscrição ao regime geral de previdência social, especificamente no que diz respeito aos benefícios previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**AULA 1**

SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

AULA 2

SEGURADOS FACULTATIVOS E DEPENDENTES
SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS
MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO
PERÍODOS DE CARÊNCIA

AULA 3

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
APOSENTADORIA POR IDADE
APOSENTADORIA ESPECIAL
AUXÍLIO-DOENÇA

AULA 4

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL
PENSÃO POR MORTE
AUXÍLIO-RECLUSÃO
SALÁRIO MATERNIDADE

AULA 5

ACIDENTE DE TRABALHO
INDENIZAÇÕES
ACIDENTE DE TRABALHO EFEITOS NO CONTRATO DE TRABALHO
AÇÕES REGRESSIVAS

AULA 6

DOENÇAS OCUPACIONAIS
COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO
PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS
EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. Direito previdenciário. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- GARCIA, G. F. B. Curso de direito da seguridade social. 3. ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- MARTINEZ, W. N. M. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DISCIPLINA:

TRIBUTOS NAS RELAÇÕES IMOBILIÁRIAS

RESUMO

Por Sistema Tributário Nacional deve-se entender o universo de normas jurídicas que versem sobre tributos e temas acessórios, organizadas como uma unidade lógica e coordenada (Nogueira, 1986). O STN inclui desde a Constituição Federal e suas emendas e passando pelas leis complementares, resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, Constituições e leis estaduais e em leis municipais (inclusive suas Leis Orgânicas). (CTN, art. 2º).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

NOÇÕES SOBRE SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
PRINCÍPIOS GERAIS E LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR - TEMAS GERAIS
NOÇÕES GERAIS SOBRE IMPOSTOS E REPARTIÇÃO DE RECEITAS NO STN
RELAÇÕES ENTRE O DIREITO TRIBUTÁRIO E OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

AULA 2

NOÇÕES SOBRE SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
PRINCÍPIOS GERAIS E LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR - TEMAS GERAIS
NOÇÕES GERAIS SOBRE IMPOSTOS E REPARTIÇÃO DE RECEITAS NO STN
RELAÇÕES ENTRE O DIREITO TRIBUTÁRIO E OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

AULA 3

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E POR DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS E DIREITOS

AULA 4

CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
SOLIDARIEDADE PASSIVA TRIBUTÁRIA
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA (NOÇÕES GERAIS)
RESPONSABILIDADE POR TRANSFERÊNCIA

AULA 5

TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS
RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES
DECADÊNCIA TRIBUTÁRIA
PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA

AULA 6

NORMAS GERAIS SOBRE FISCALIZAÇÃO
DÍVIDA ATIVA E CERTIDÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO: NOÇÕES
PROCESSOS JUDICIAIS TRIBUTÁRIOS

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, P. Curso de Direito Tributário. 8, 10 e 14 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996, 1998, 2005.
- TORRES, H. Tributo precisa respeitar valores constitucionais. Consultor Jurídico (Revista Eletrônica). 27 de março de 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-mar-27/consultor-tributario-tributo-respeitarvalores-constitucionais>.
- AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 10 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.